

A REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E A EXPERIÊNCIA VENEZUELANA

Renato Ferreira RIBEIRO¹

Resumo: A emancipação social constitui-se, desde o século XVIII, como um objetivo do pensamento ocidental moderno que seria alcançado através do uso da razão. No entanto, desde que os projetos modernos, na busca pela emancipação, foram capazes de gerar as catástrofes das Guerras Mundiais e do Socialismo Soviético e que o Capitalismo, enquanto “alternativa vencedora”, não é capaz de distribuir o progresso que promete, a racionalidade moderna ocidental se encontra em profunda crise. Experiências como os Conselhos Comuns na Venezuela, a partir da primeira década de 2000, surgem como alternativas capazes de renovar o ideal da emancipação.

Palavras-chave: Emancipação social. Democracia participativa. Conselhos comunais.

THE REINVENTION OF SOCIAL EMANCIPATION AND THE VENEZUELAN EXPERIENCE

Abstract: The social emancipation has been, since the 18th century, a goal of the western modern thinking which could be reached by the use of reason. Although, since that the modern projects, seeking the emancipation, ended up in the World Wars and in the Soviet Socialism and that the Capitalism, as “winning alternative”, is not capable of distribute the promised progress, the western modern rationality is in a deep crisis. Experiences such as the Communal Councils in Venezuela, from the first decade of 2000, show up as alternatives capable of renewing the emancipation.

Keywords: Social emancipation. Participatory democracy. Communal councils.

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS - Campus de Franca). E-mail: renato_7ri@yahoo.com.br.

A emancipação como projeto moderno

A Modernidade é um ideário ou visão de mundo que se desenvolve no Ocidente - principalmente nos países da Europa Ocidental - em contraposição aos valores e práticas medievais (estes identificados com o obscurantismo, o atraso e o tradicionalismo). Sua gestação encontra-se nas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem neste contexto histórico marcado pelo Renascimento, pela Reforma Protestante e pela ascensão econômica e política da burguesia. Portanto, embora não sejam coincidentes, modernidade e capitalismo estão profundamente ligados.

A partir desse período, há um movimento de recuperação do humanismo e do racionalismo greco-romanos que será a base fundamental sobre a qual se construirão os ideais da Modernidade Ocidental. No entanto, é no século XVIII, com o Iluminismo, que o projeto moderno conhecerá seus principais formuladores e produzirá a Revolução Industrial e Francesa, processos que marcam definitivamente a consolidação da burguesia como classe dominante. O movimento Iluminista se opunha à tradição e à religião, à monarquia e à autoridade divina. Propunha em seu lugar o primado da razão e da técnica para guiarem as ações humanas e a humanidade. Para substituir a monarquia, a república; para substituir a religião e seus dogmas, a ciência e o conhecimento racional. O homem, a partir do uso da razão, estaria apto a tomar as melhores decisões para o seu futuro, para o futuro de sua comunidade política e de toda a humanidade. O homem, pela primeira vez na história, estaria pronto para emancipar-se, como escreve Kant, seis anos antes da Revolução Francesa:

Esclarecimento (*Aufklärung*) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento (KANT, 2008, p. 1).

A partir de então, surgem diversos discursos concorrentes que apontam, cada um a seu modo, os caminhos que o homem deveria seguir para superar seus problemas. Por exemplo, os positivistas denunciavam o atraso do pensamento não-científico e propunham a reordenação do

mundo segundo pressupostos racionalmente concebidos; o marxismo identificava a dominação de classes como o maior mal das sociedades e propunha seu fim por meio do estabelecimento do socialismo e do comunismo. Muitos outros relatos foram produzidos. Todos eles compartilhavam a característica de pretenderem ser, cada um deles, portadores de uma verdade absoluta e universalmente válida e fornecer a única fórmula possível da emancipação social. Positivismo, marxismo, liberalismo, fascismo, entre outros, constituíram-se relatos totalizantes da história que influenciaram grupos, movimentos sociais, partidos e lideranças políticas em todo o mundo e ainda estão presentes em nossas sociedades. O filósofo francês Jean-François Lyotard em seu livro *A Condição Pós-Moderna* (1979) chama estes discursos de metanarrativas.

As “metanarrativas” de que se trata em *A Condição Pós-Moderna* são aquelas que marcaram a modernidade: emancipação progressiva da razão e da liberdade, emancipação progressiva ou catastrófica do trabalho (fonte do valor alienado no capitalismo), enriquecimento da humanidade inteira através dos progressos da tecnociência capitalista, e até, se considerando o próprio cristianismo na modernidade (opondo-se, neste caso, ao classicismo antigo), salvação das criaturas através da conversão das almas à narrativa crítica do amor mártir. A filosofia de Hegel totaliza todas estas narrativas, e neste sentido concentra em si a modernidade especulativa (LYOTARD, 1993, p. 31).

Por outro lado, as metanarrativas não encontram sua legitimidade:

Num acto original fundador, mas num futuro que deverá efetuar-se, ou seja, numa Ideia a realizar. Esta Ideia (de liberdade, de “luz”, de socialismo, etc.) tem um valor legítimo porque é universal. Orienta todas as realidades humanas. Dá à modernidade o seu modo característico: o *projecto* (LYOTARD, 1993, p. 32).

Dessa forma, principalmente a partir do século XVIII e até meados do século XX, a civilização ocidental pôs em prática diversos de seus projetos, como a construção dos Estados nacionais, a organização operária e camponesa, a Revolução Socialista, a nova colonização do mundo pelos países centrais, a globalização, entre outros.

No entanto, todos esses projetos que prometiam emancipar a humanidade acabaram por produzir novas formas de opressão, quando não verdadeiras catástrofes, como foram as Guerras Mundiais, o Holocausto,

o Stalinismo, o neocolonialismo, o imperialismo. Diante de tais efeitos, gerou-se um mal-estar e incredulidade acerca das promessas do Iluminismo, colocando em crise suas metanarrativas e, portanto, a retórica da possibilidade de se construir a emancipação social.

O meu argumento é que o projecto moderno (da realização da universalidade) não foi abandonado e esquecido, mas destruído, “liquidado”. Há diversas formas de destruição, diversos nomes que o simbolizam. “Auschwitz” pode ser considerado como um nome paradigmático (...) Como poderiam as grandes narrativas de legitimação permanecer credíveis nestas condições? (LYOTARD, 1993, p. 32).

Tampouco se pode dizer que o liberalismo, que vence as alternativas antiliberais (o socialismo soviético, o fascismo e o keynesianismo) ao longo do século XX e se estabelece nas últimas décadas com a roupagem do neoliberalismo, seja a metanarrativa “vencedora”, pois, também frustra e deteriora o projeto moderno.

A vitória da tecnociência capitalista sobre os outros candidatos à finalidade universal da história humana é outra maneira de destruir o projeto moderno, dando o ar de o realizar. O domínio do sujeito sobre os objectos obtidos pelas ciências e pelas tecnologias contemporâneas não se faz acompanhar nem por mais liberdade, nem por mais educação pública, nem por mais riqueza melhor distribuída (LYOTARD, 1993, p. 32).

Como salienta Emir Sader (2003), o neoliberalismo, ao estabelecer as relações de mercado como padrão para todo o resto, corrói de tal forma as bases das relações sociais e políticas, que desvirtua as próprias instituições e valores liberais, como a república, a divisão dos poderes, a democracia.

A descrença nas metanarrativas e a importação da lógica do mercado para todos os aspectos da vida social são os principais geradores da crise que a política experimenta em todo o mundo e as principais características que definem a atual experiência filosófica, política e cultural. Esta tem sido denominada pós-modernidade (quando se concebe que há uma real ruptura com a modernidade, como para Lyotard) ou designada por termos como capitalismo tardio, sociedade pós-industrial, modernidade inacabada (em geral, quando se enxerga as características descritas como novas etapas da própria modernidade).

Reinventar a emancipação social

Especialmente depois da queda do muro de Berlim, quando o capitalismo, sob a forma de neoliberalismo, parece ser a única opção que resta à humanidade, observa-se a intensificação do processo de globalização, que procura homogeneizar todos os cantos do globo sob a égide do livre mercado e da democracia liberal. Mesmo que vazio de significado, o discurso hegemônico promete o progresso e a emancipação.

Embora, de um modo geral, se viva o que Ignácio Ramonet (1995) chamou de pensamento único², as promessas do capitalismo/neoliberalismo da distribuição do progresso não condizem com a realidade que a maioria das populações do globo vive. Mas apesar de todo esse esforço homogeneizador e do esgotamento que experimenta a retórica moderna da emancipação social, o final do século XX vai ser palco de uma série de movimentos de resistência à globalização hegemônica neoliberal e de contestação ao pensamento único, trazendo novamente à tona a discussão sobre a ação social emancipatória.

A partir dos anos 80, principalmente, diversos grupos e forças políticas dos mais diferentes caracteres e de todas as partes do mundo – com especial incidência nos países da semiperiferia - começam a ganhar relevância em contextos locais, nacionais e globais, revelando práticas e lógicas que escapam ao pensamento único e à racionalidade hegemônica, como Seattle nos EUA, o Caracazo na Venezuela, os Zapatistas no México, o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, o Fórum Social Mundial.

Também a epistemologia moderna passa a ser criticada cada vez mais, inclusive por autores das ciências da natureza, como Fritjof Capra (físico) e Ilya Prigogine (químico). A crítica mais contundente ataca diretamente um pressuposto básico da ciência ocidental: a possibilidade do estabelecimento de uma verdade absoluta sobre determinado fato da realidade. É esse pressuposto, de origem cartesiana, que sustenta(va) as metanarrativas (relatos que se pretendiam totalizantes) e que permite(ia) a exclusão e deslegitimação de práticas sociais e lógicas outras que não as da modernidade ocidental.

A crise epistemológica, que atinge a própria essência dos projetos emancipatórios, e as novas características que se observa no campo po-

² “Tradução em termos ideológicos com pretensão universal das vantagens de um conjunto de forças econômicas, estas, em particular, do capital internacional (...) A repetição constante, em todas as mídias, deste catecismo por quase todos os homens políticos, tanto de direita quanto de esquerda, lhe confere uma tal força de intimidação que abafa qualquer tentativa de reflexão livre, e dificulta a resistência contra esse novo obscurantismo” (RAMONET, 1995).

lítico e nos recentes movimentos sociais indicam, contudo, não o abandono do sonho da emancipação social, mas um processo interessante de renovação. Santos (2002a) insiste na necessidade de se reinventar a emancipação, abandonando os erros do passado, superando o primado da razão moderna ocidental e abrindo espaços para o surgimento de novas experimentações sociais, políticas, econômicas e culturais.

O que é, afinal, a emancipação social? (...) Se é verdade que não há uma, mas várias globalizações, não será igualmente verdade que não há uma, mas várias formas de emancipação social? Tal como a ciência, não será a emancipação social de natureza multicultural, definível e validável apenas em certos contextos, lugares e circunstâncias, uma vez que, o que é emancipação social para um grupo social ou num dado momento histórico pode ser considerado regulação ou mesmo opressão social para outro grupo social ou num momento histórico seguinte ou anterior? (...) As forças sociais e institucionais hegemônicas, como, por exemplo, o Estado, podem ser cúmplices ou colaboradores ativos de ações de emancipação social? Para que tipo de ações e em que condições?

Corremos o risco de promover a opressão social usando a linguagem da emancipação social? Em alternativa, podemos atingir todos os nossos objetivos científicos e políticos sem usar o conceito de emancipação social? (SANTOS, 2002a, p. 23-4).

Assim, o que Santos (op.cit.) argumenta é que não existiria uma emancipação social, mas várias possíveis. Estas, por sua vez, devem estar menos comprometidas com o cumprimento de um projeto total pré-estabelecido, e mais sensíveis aos novos resultados que possam surgir dessas experimentações, podendo decidir-se pelo abandono ou reformulação do processo no meio do caminho. Felix Guattari propõe uma resposta parecida, ao tratar do potencial emancipatório de um processo revolucionário. Ele argumenta que a revolução deve sempre levar ao imprevisível, pois se for programada está destinada a repetir fórmulas já conhecidas (GUATTARI; ROLNIK, 2005 apud LOPES, 2010, p. 131).

De forma resumida, Lopes nos dá um panorama geral do atual debate em torno dos discursos e das práticas emancipatórias:

Quando, pois, propomo-nos a problematizar o conceito de emancipação, deparamo-nos com a concepção de que o mesmo se inscreve em duas perspectivas principais. Na

primeira, encontramos uma orientação transcendente, na qual “se emancipar” faz referência a seguir o caminho de uma verdade maior para o engrandecimento da nação, para a felicidade, para a evolução espiritual, para a maturidade ou a plenitude moral. A segunda perspectiva situa a emancipação dentro de dinâmicas contextualmente circunscritas e não a estados a serem atingidos por uma ascensão qualitativa. A emancipação estaria, então, muito mais ligada à multiplicação das conexões articulatórias – mobilizando a amplificação provisória de um campo de possíveis – do que a um projeto que pré-configuraria um ideal a habitar. Nesta segunda perspectiva, os processos emancipatórios valem mais pelos movimentos que mobilizam no corpo social do que propriamente pelo fomento de verdades triunfantes (LOPES, 2010, p. 132).

Os diversos processos em curso hoje no mundo todo parecem seguir, predominantemente, esta segunda perspectiva, já que em grande parte dos casos não perseguem um destino fixo e podem mesmo serem classificados como pontuais e fragmentados.

Experiências emancipatórias na Venezuela bolivariana

Algumas das experiências contra-hegemônicas atuais mais pujantes têm ocorrido na América Latina, principalmente depois dos processos de redemocratização nos anos 80, como o fortalecimento dos movimentos indígenas, a emergência de movimentos sociais do campo e urbanos (como o MST) e o estabelecimento de práticas de democracia participativa nos países da região.

Na Venezuela, por exemplo, observam-se inúmeras experiências inovadoras nas últimas três décadas. Após viver uma ditadura nos anos 50, estabelece-se neste país, em 1958, um acordo de governabilidade democrática conhecido por *Pacto de Punto Fijo*, que estabelece uma democracia formal e representativa onde apenas dois partidos políticos (Ação Democrática e Partido Social Cristão) se alternam no poder, sempre com programas políticos similares em quase todos os aspectos. O Pacto durou até 1998, quando Hugo Chávez Frías foi eleito presidente, apoiado por uma extensa base popular descontente com a tradição elitista e a adoção mais recentemente do neoliberalismo.

Desse modo, a eleição de Chávez, em 1998, a abertura de uma Assembléia Constituinte comprometida com refunda-

ção do Estado e a proposta de construção da Assembleias de Cidadãos e Cidadãs como instâncias de poder local são fruto de um longo processo de desgaste da institucionalidade liberal que ocorreu durante o regime *puntofijista* e da *articulação da sociedade civil sob diferentes formas com vistas a construir alternativas ao mesmo* (BRUCE, 2011, p. 2, grifo do autor).

Essa “articulação da sociedade civil sob diferentes formas”, a que Bruce se refere, acontece na Venezuela antes mesmo da eleição de Chávez, embora haja um esforço para fortalecê-la neste governo. Em 1989, ocorre uma onda de protestos dos setores populares e médios das principais cidades venezuelanas – o *Caracazo* –, revelando a crise do liberalismo *puntofijista*. Também existe uma tradição de participação da população em organizações comunitárias, que decorre no mínimo de 1934 (MACHADO, 2009), e que vai se consolidar, inclusive legalmente, a partir da fundação da V República Venezuelana e da promulgação da Constituição Bolivariana, em 1999.

Esta crise política na Venezuela no fim do século XX ocorre simultaneamente com diversos processos em outros países. Todos eles expressões da crise maior pela qual a política e o projeto moderno passam e da qual já se tratou aqui. Neste país, ela vai permitir que venham à tona, entre outras coisas, processos de participação política da sociedade civil até então suprimidas pela racionalidade hegemônica, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da democracia participativa em resposta ao esgotamento da visão clássica de democracia representativa liberal.

Segundo Santos (2002b), esta visão clássica consegue resolver o problema da representação (de que forma eleger pessoas para o governo em sociedades grandes e complexas?), mas tem sido incapaz de lidar com as minorias e com a formação de agendas específicas. Além disso, baseia-se na “(...) privatização do bem público por elites (...), na distância crescente entre representantes e representados e numa inclusão política abstrata feita de exclusão social” (SANTOS, 2002b, p. 32). Dessa forma, a combinação da representação com mecanismos de participação direta consistiria numa forma provavelmente capaz de gerar uma democracia de alta intensidade e com novo poder emancipatório, na medida em que “[...] confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual” (SANTOS, 2002a, p. 27).

A partir de 1999, a Constituição Bolivariana reconhece em seu texto duas formas de o povo exercer seu poder: indiretamente, escolhendo seus representantes, e diretamente, por meio dos dispositivos previstos no artigo 70:

Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativas, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros (VENEZUELA, 1999, p. 185).

Com o reconhecimento legal de formas alternativas de democracia, o incentivo dado pelo governo chavista e certa tradição da sociedade venezuelana em organizar-se, observa-se atualmente no país o florescimento e fortalecimento de diversas experiências que podem constituir-se como novos marcos da emancipação, no sentido pretendido pelo Plano Nacional Simón Bolívar: “(...) *transformar su debilidad individual en fuerza colectiva, teniendo en cuenta que el establecimiento de la organización no implicará menoscabo de la independencia, autonomía, libertad y poder originario del individuo*” (VENEZUELA, 2007).

Os Conselhos Comunais (CCs) são hoje a principal face da democracia participativa e protagônica na Venezuela. Constituem “[...] micro-governos construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores e que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais” (BRUCE, 2011, p. 126), atrelados diretamente ao Estado e por este financiados. Eles são descendentes de formas organizativas anteriores como as *juntas vecinales*, coletivos políticos e iniciativas institucionalizadas como os Comitês de Gás e de Terras Urbanas, Mesas Técnicas de Água, *Misiones Sociales*, e passaram a possuir centralidade e incorporar as outras atividades já existentes a partir da promulgação da Lei Orgânica dos Conselhos Comunais, em abril de 2006.

Segundo os dados do jornal *La Patria Nueva*, em julho de 2010, existiam no país 30.935 CCs registrados (RESULTADOS..., 2010, p. 11). É impossível saber quantas pessoas exatamente estão mobilizadas e participam ativamente dos Conselhos de sua vizinhança, mas, é provável que os CCs sejam a forma organizativa com maior extensão e número de membros que já existiu na Venezuela (MACHADO, 2009). Embora aqui não se aprofunde sobre a legislação, o funcionamento e as particularidades dos CCs, pretende-se mapear esta experiência e ressaltar a sua potencialidade como forma de propor alternativas à racionalidade hegemônica. Os CCs têm contribuído para a transformação da cultura política da população em direção à superação das formas de opressão supracitadas identificadas por Santos (a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual), como argumentam Bruce e Addor:

O que se percebe hoje na Venezuela é um gradual processo de transformação da cultura política do país. Um país onde a população jamais havia sido convocada a participar, a política, a esfera pública, não havia se constituído enquanto espaço legítimo de deliberação de idéias e aprovação de projetos, onde política e cotidiano estavam dissociados, salvo nos dias de eleição, quando a cidadania terminava no ato de votar. Os *Consejos Comunales* têm um importante papel de recuperar os espaços da esfera pública, (re)legitimando-os e ampliando-os para o interior das comunidades, através dos quais as pessoas comuns passam a ter poder deliberativo e decisório na instância que mais atinge as suas vidas (BRUCE; ADDOR, 2010, p. 926).

Embora se perceba, principalmente nas áreas de classes média e alta, que grande parte da população não participa e não queira participar, de uma forma ou outra, há uma tendência de que toda a comunidade acabe envolvida no processo, seja nas atividades “administrativas”, seja nos programas e processos desencadeados pelo CC e que podem alcançar a todos. Esse processo tem sido observado com mais freqüência nos *barrios*³, onde, segundo Gustavo Borges (ativista político do bairro 23 de Enero, no oeste de Caracas), ainda se preservam laços comunitários, de pertencimento, mais fortes que nas *urbanizaciones* (cujos moradores comumente se preocupam exclusivamente com seus êxitos individuais), fator que favoreceria a movimentação política (informação verbal)⁴. Apesar disso, os CCs não surgem apenas por iniciativas das classes populares. Existem também em localidades onde predomina a classe média, embora esta geralmente rechace os CCs por considerarem-nos mais um projeto da “dominação” de Chávez. Nora Linares, *vocera principal* do Conselho Comunal de *La California Norte*, um bairro de classe média com baixo índice de aprovação do governo chavista, fala em entrevista como se dá a participação dessa classe nos CCs:

Las personas no se acostumbran, prefieren estar en sus casas, viendo la televisión, que trabajar por la comunidad. Esta urbanización es muy apática, era muy apática, siempre las mismas personas en las asociaciones de vecinos, siempre los mismos. Ahorita, parece que hay habido más motivación, por el desarrollo de las políticas gubernamentales [...].

³ Na Venezuela, os *barrios* são aglomerados urbanos que crescem desordenadamente, como as favelas brasileiras, ao contrário das *urbanizaciones*, que possuem “planejamento” e acesso a infra-estrutura de serviços básicos.

⁴ Entrevista concedida por Gustavo Borges, em junho de 2011, em Caracas (Venezuela).

[...]hay aquí [en la urbanización La California] muchas personas radicales, de la oposición [...], que no están en el Consejo Comunal. Pero sí, tenemos personas que, aún siendo de la oposición, participan con nosotros. Ellos no quisieran participar en las elecciones [de voceros principales e suplentes para ocupar los cargos del consejo] por varios motivos, porque ellos dicen que ellos no se juntan con chavistas. [...]Pero, de resto no tenemos problemas porque cuando hay asamblea, cuando la gente tiene problemas (porque aquí no necesita ser chavista para venir buscar una solución o una asesoría) aquí todo el mundo... aquí desfila todo el mundo. [...]estas personas que no quieren ni participar ni ayudar, poco a poco, pienso, van quedarse aisladas (LINARES, 2011)⁵.

Ao lado de todo esse potencial transformador, existem ainda diversas debilidades que podem acabar por restringir os resultados dessas experiências. A relação entre CCs e governo/presidente talvez seja o problema mais delicado. Os CCs geralmente são ocupados por quase totalidade de membros simpatizantes e apoiadores do líder Chávez Frías. Assim, surgem dúvidas sobre o uso político dos CCs e sobre a existência de relações clientelistas. O próprio fato de essas iniciativas estarem sendo fortemente impulsionadas pelo governo central já é um fator que pode ser considerado no mínimo ambíguo, uma vez que a participação deveria idealmente despontar do povo. Embora estas sejam questões válidas e importantes inclusive para o aprofundamento do processo participativo e protagônico, esta dependência que se percebe entre as partes não se constitui “[...] como um fator que necessariamente anula o rico processo que se desenvolve atualmente na Venezuela” (BRUCE, 2011, p. 6). Os diversos processos contra-hegemônicos pelos quais passa o país merecem, portanto, serem estudados e legitimados como experiências sociais relevantes.

Estudos como os de Addor e Bruce, a obra de Santos e do Centro de Estudos Sociais de Coimbra por ele coordenado, que se preocupam em identificar experiências emancipatórias em curso no mundo todo e dar visibilidade a elas nos meios acadêmicos e sociais, são imprescindíveis para que entendamos os limites e as fraquezas do discurso hegemônico ocidental moderno e para que possamos repensá-lo.

⁵ Entrevista concedida por Nora Linares, em junho de 2011, em Caracas (Venezuela).

Considerações Finais

A experiência dos Conselhos Comunais, embora ainda seja recente e desperte inúmeras questões, tem se confirmado como uma oportunidade de restabelecer o interesse pela esfera pública e firmar a prática democrática de alta intensidade na Venezuela. Até agora, houve grande incentivo do governo, mas o seu real aprofundamento dependerá muito mais da população, que deve transformar os CCs em espaços exclusivos de emanção do poder popular, independentemente de seus governantes.

Na Venezuela, além dos CCs e das inovações no campo da democracia, estão em curso diversos processos que intencionam o empoderamento de lógicas e práticas excluídas do projeto da Modernidade Ocidental. Até mesmo ocorre a tentativa de estabelecimento do chamado “Socialismo do Século XXI”, que, segundo o discurso, procura corrigir os erros das tentativas do passado e adaptá-lo à sociedade venezuelana atual. Há, portanto, um campo repleto de possibilidades de se estudar a reinvenção da emancipação social aí.

Também no mundo todo, a crise do projeto moderno enquanto gerador de emancipação e a não aceitação do discurso da globalização neoliberal que se apresenta como único têm levado à emergência de inúmeras experiências que, embora desafiem a racionalidade moderna ocidental podem, paradoxalmente, realizar o maior objetivo desta: a emancipação dos indivíduos, das sociedades e da humanidade como um todo. O movimento altermundialista e os encontros do Fórum Social Mundial, o novo internacionalismo operário e a democracia participativa são apenas alguns dos exemplos possíveis.

Referências bibliográficas

BRUCE, Mariana. *A “Democracia Participativa y Protagonica”, o povo e o líder: a experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRUCE, Mariana; ADDOR, Felipe. As experiências democráticas bolivarianas: uma análise dos Consejos Comunales. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1. SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 3. 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: NPMS : Ed. UFSC, 2010. v. 1. p. 1-5.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: que é Esclarecimento?* Brasília: Editora Casa das Musas, 2008.

LOPES, Eduardo S. O sonhar emancipatório e a educação. Santa Maria: *Revista Educação*, v. 35, n. 1, p. 125-138. jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveducacao/article/view/1370/794>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1993.

MACHADO, Jesús E. Participación social y Consejos Comunales en Venezuela. Caracas: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 15, n. 1, p. 173-185, jan. abr. 2009.

RAMONET, Ignacio. *O pensamento único*. Tradução de Jaerson Lucas Bezerra. Disponível em: < http://ecopol.socioeco.org/documents/29pen_un_p.htm>. Acesso em: 9 ago. 2011.

RESULTADOS de la organización popular. Caracas: *La Patria Nueva*, jul. 2010. p. 11.

SADER, Emir. “Para outras democracias”. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2002a.

SANTOS, Boaventura S. “Introdução geral à coleção”. In: _____. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1 2002b.

_____. Prefácio. In: _____. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2002.

VENEZUELA. *Constitución Bolivariana de la República de Venezuela*. Caracas: Gaceta Oficial, 2009.

_____. *Plan Nacional “Simón Bolívar”*: primer plan socialista de la nación (PPSN). Caracas: *Desarrollo Económico y Social de la Nación*. Caracas, 2007.